

MOEDAS E BANCOS NO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

(versão preliminar}

Elisa Müller¹

1) Introdução:

Um leitor interessado em conhecer um pouco mais sobre as origens da moeda e dos bancos na região atualmente conhecida como Rio de Janeiro deve buscar na história desta localidade as razões que fizeram os estabelecimentos bancários surgirem ali antes de sua fundação em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estados que atualmente concentram um grande número de matrizes e filiais de estabelecimentos bancários.

Parece não haver dúvida de que a primazia do surgimento dos bancos no Rio de Janeiro deveu-se, de um lado, as exigências de valorização do capital mercantil e, de outro, a mobilidade das oportunidades econômicas da região graças ao fato de este ter sido a capital dos negócios portugueses no Brasil, do Império e, posteriormente, da República.

A partir da leitura dos trabalhos dos autores mencionados na bibliografia, essa análise mostra que, a exceção do primeiro Banco do Brasil (1808- 1829), durante o período Imperial os bancos criados no Rio de Janeiro especializaram-se no atendimento das necessidades de crédito das atividades urbanas, especialmente do comércio, relegando a um segundo plano o financiamento à indústria e à agricultura. Revela ainda que os negociantes radicados no Rio de Janeiro – estrangeiros ou cariocas - tiveram um papel relevante na formação desses estabelecimentos.

Ademais, o texto sublinha os conflitos e a harmonia existente entre os interesses dos bancos privados do Rio de Janeiro e o terceiro Banco do Brasil, principal instrumento da política de estabilização monetária do Império. Mostra que a expansão do número de bancos e de casas bancárias no Rio de Janeiro estava ligada à política creditícia do Banco do Brasil. Não

¹ A autora agradece ao professor Fernando Carlos Cerqueira Lima, pois algumas idéias expostas nesse ensaio estão referidas a artigos editados em co-autoria. Essas publicações e a disciplina de história financeira oferecida na graduação do IE cumprem a finalidade de dar continuidade à tradição, iniciada no Instituto de Economia pela professora Maria Bárbara Levy, de manter viva a pesquisa na área de história financeira.

raro, a retração dos créditos do Banco do Brasil significou a falência de bancos e casas bancárias de origem privada e vice-versa.

O ponto de partida do trabalho está situado em um período de tempo anterior ao surgimento do meio circulante brasileiro, ou seja, coincide com a chegada dos portugueses ao Brasil e com a prática de escambo, surpreendente para os indígenas que viviam no Rio de Janeiro, para quem a troca como regra era praticamente inexistente.

Com o desenvolvimento da *plantation* açúcareira na colônia e o uso de mão de obra escrava de origem indígena, o escambo entre nativos e lusitanos perdeu o sentido e o açúcar passou a ser usado como dinheiro. A crise da economia do açúcar e a descoberta das jazidas de ouro na região das gerais permitiu uma nova mudança na forma da moeda através da introdução da moeda metálica que passou a conviver com outras formas de moeda menos avançadas. O aparecimento da moeda metálica no Brasil, segundo Maria Bárbara Levy (1983), não foi um acontecimento isento de luta política. Para a historiadora, a instalação da Casa da Moeda, na Bahia, teria ocorrido em consequência da resistência dos moradores da Colônia à política monetária do Estado Português que desvalorizava o meio circulante sempre que a moeda escasseava no Brasil. Tal explicação contrasta com a razão da instalação da Casa da Moeda do Rio de Janeiro motivada pela descoberta das minas de ouro, na região das gerais.

Da moeda metálica, passou-se ao papel-moeda, marco inicial das atividades bancárias no Rio de Janeiro e no Brasil, graças à ação emissora do primeiro Banco do Brasil, um banco muito mais “carioca” do que nacional.

No Império assistiu-se a um verdadeiro embate entre bancos e casas bancárias fluminenses de origem privada e o Banco do Brasil que através de uma política de crédito, expansiva ou restritiva, estimulava, ou inibia, o crescimento do número de estabelecimentos bancários privados.

A narrativa está dividida em quatro partes. A primeira mostra aspectos da evolução das formas da moeda no Brasil, desde o escambo até o surgimento da moeda metálica. A segunda e a terceira seções discutem o aparecimento do papel-moeda no país, na primeira metade do século XIX. A

quarta parte enfoca a emissão pública e privada de moeda no segundo reinado até a proclamação da República, após seguem as notas conclusivas.

2) A evolução das formas de moeda no Rio de Janeiro: do escambo ao metalismo

Quando as caravelas portuguesas chegaram ao Rio de Janeiro, em 1502, em busca de ouro e de outras riquezas, os nativos que habitavam nessa região, há mais de um milênio, viviam nos moldes de uma economia de subsistência baseada, sobretudo, nas atividades de caça e de pesca. Até o descobrimento do Brasil a prática de comércio² era pouco difundida na América do Sul. Tal fenômeno não aconteceu, por exemplo, na América espanhola, no México e na Guatemala. Quando Fernan Cortez chegou à cidade de “Tenochtitlán, a capital do Império Asteca, encontrou aí um mercado que se realizava diariamente e que, segundo os cronistas congregava por volta de 60.000 comerciantes (Mott,1976:1).

A prática de comércio e o uso de moedas européias no Rio de Janeiro foram iniciadas com a exploração de pau-brasil, a primeira riqueza com valor comercial encontrada nessa região. A metrópole portuguesa exercia o monopólio e controlava a extração de pau-brasil - espécie de madeira utilizada na produção têxtil européia principalmente inglesa - através da venda de concessões a comerciantes portugueses. Os contratos estabeleciam que a defesa da terra, o compromisso de erguer fortificações e o pagamento do quinto ao soberano, em espécie ou em dinheiro, eram atribuições dos arrendatários. Tais contratos fizeram com que a colônia brasileira passasse, desde cedo, a conviver com moedas metálicas européias - sobretudo portuguesas - usadas para saldar dívidas de tributos ou no comércio de pau-brasil, entre a metrópole e a colônia.

Para os nativos o pau-brasil não tinha valor econômico e era matéria prima indispensável para a fabricação de canoas. O escambo surgiu com a necessidade dos europeus de conseguirem braços para a

² Segundo Mott (1976), o comércio entre tribos era bastante reduzido limitando-se a alguns artigos raros ou de luxo. Utilizando o trabalho de Lévi-Straus “Guerra e Comércio entre os Índios da América do Sul”, Mott mostra que para os nativos o sentido da troca era muito mais cultural e do que econômico.

extração, corte e transporte da madeira das matas para o litoral. Em troca do seu trabalho, os índios recebiam dos portugueses anzóis, machados, facas, roupas e outros objetos. Essas práticas de escambo ³ permitiram aos portugueses apropriarem-se de, ao menos, dois produtos importantes : o pau-brasil e a farinha de mandioca. O primeiro tornou-se o principal item de exportação brasileiro durante o chamado período pré-colonial e a segunda foi, durante séculos, um dos produtos mais importantes na alimentação dos colonizadores.

Atraídos pelo comércio de pau-brasil, os franceses comandados por Nicolau Durand de Villegagnon ocuparam a baía de Guanabara e fundaram, em 1555, a França Antártica, uma empresa de colonização. Dispostos a manter a exclusividade comercial na colônia, os portugueses entraram em guerra contra os franceses. Estácio de Sá, para marcar a sua presença no litoral, fundou em 1565 a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Localizada inicialmente entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, a cidade resistiu aos ataques franceses até 1567, quando vencida a França Antártica, foi transferida por motivos de segurança para o morro do Descanso, mais tarde chamado de São Januário e, posteriormente, de morro do Castelo.

A necessidade de converter os índios ao catolicismo e de adaptá-los ao trabalho justificou a presença dos jesuítas⁴ no Rio de Janeiro e a fundação, em 1567, do Colégio da Companhia de Jesus. (Fazenda,1921:213). Depois deles, vieram para a cidade os beneditinos, os franciscanos e os carmelitas. Durante o período colonial, as irmandades e as ordens religiosas desempenharam um importante papel no cotidiano do Rio de Janeiro. Delas dependiam os escravos e os homens livres necessitados de assistência médica, de escolas e de funerais. Os seus hospitais eram os únicos existentes no Rio de Janeiro, até o século XIX. Além da saúde, os religiosos iluminaram ruas, construíram ruas e pontes e forneceram água aos moradores da cidade.

³ Apenas o escambo não seria capaz de garantir aos portugueses a apropriação do trabalho indígena. A medida que crescia a demanda de braços para a extração de madeira o trabalho tornou-se compulsório.

⁴ Os jesuítas permaneceram no Brasil até a assinatura do Alvará Régio de 3 de setembro de 1759, o qual determinou a expulsão da Companhia de Jesus do Reino de Portugal e de seus domínios, além do confisco de seus bens materiais.

Detiveram o controle sobre o mercado imobiliário, a locação de moradias⁵ e produziram alimentos para serem comercializados no Rio de Janeiro. Celebraram missas e organizaram procissões e festas que reproduziam aqui a cultura religiosa metropolitana.

Ao contrário dos nativos, os religiosos conheciam o uso de moedas. No Rio de Janeiro, integravam um pequeno grupo que tinha acesso ao dinheiro quer seja através do recebimento de salários – pagos em mercadorias e em espécie- da participação nos dízimos recolhidos pela Coroa portuguesa, ou da coleta de esmolas e de donativos recebidos em moedas.

A pacificação e o trabalho compulsório dos índios fizeram com que, para os portugueses, o escambo perdesse sua principal função. Com a produção canavieira, o açúcar passou a ser dinheiro e a economia da região evoluiu do escambo, forma primitiva da troca, para práticas de mercado mais regulares mediadas pelo açúcar e pela cachaça usados como moedas.

A cana de açúcar começou a ser cultivada no Brasil, ainda no século XVI, e embora estivesse principalmente no nordeste, em 1585 o Rio de Janeiro possuía três engenhos e, no século seguinte contava com seiscentos engenhos de grande porte⁶.

A princípio os engenhos utilizaram a força de trabalho nativa, mas já havia uma demanda de escravos africanos, conforme evidencia a carta de Manoel Teles Barreto enviada ao rei de Portugal. No documento, o governador solicitava “à metrópole o envio ao Rio de Janeiro de cerca de 70 ou 80 escravos procedentes de Cabo Verde, pois não havia escravos na terra e custavam muito caro⁷.

A exigência de importação de escravos abriu ao Rio de Janeiro a oportunidade econômica de produzir aguardente, que passou a servir de moeda na compra de escravos trazidos de Angola para o Brasil. Apesar da importância da produção de aguardente no comércio transatlântico, os engenhos fluminenses não deixaram de produzir açúcar para

⁵ Ver o trabalho de FRIDMAN, Fania (1999). *Donos do Rio em Nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed Garamond.

⁶ Os engenhos pertenciam a Duarte de Sá (Carta Régia de 10/11/1573), a Antonio Salema governador da cidade e ao Capitão- mor Cristovão de Barros

⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, parte 1, maço 31. Documento 48 apud. Serrão,1965:134.

exportação (Fragoso, 2001: 31) já que esta constituía também um negócio lucrativo.

A dinâmica da economia escravista exportadora canavieira criou as condições favoráveis ao surgimento do crédito intermediado por prestamistas individuais - comissários que negociavam a venda das safras de açúcar brasileiro na Europa e, em troca, forneciam aos produtores locais escravos, implementos agrícolas e outros artigos importados. Em decorrência dessas práticas as letras de câmbio começaram a circular no Rio de Janeiro.

Apesar da produção de açúcar não permitir o aumento da circulação interna de moedas no Rio de Janeiro - o dinheiro era transferido para a metrópole através do pagamento de impostos ou da cobertura dos saldos negativos da balança comercial -, durante a União Ibérica (1580- 1640) houve um aumento da liquidez monetária na cidade, em virtude do ingresso de *reales* espanhóis no comércio do Rio de Janeiro. A prata espanhola era trazida pelos tripulantes dos navios que vinham da região do Prata e paravam no porto para comprar, além de pau-brasil, os alimentos necessários para prosseguirem a viagem.

Durante o século XVII, houve uma retração da liquidez no Rio de Janeiro devido ao esgotamento das minas de ouro e de prata espanholas e da crise da economia portuguesa, enfraquecida por guerras, pela perda de colônias e queda nas exportações. A falta de meio circulante levou o governador da capitania do Rio de Janeiro, Constantino Meneslau, a oficializar a transformação do açúcar em dinheiro “fixando-lhes os valores, por arroba, de 1\$000 para o branco, \$640 para o mascavo e \$320 para os demais, e ordenando que os negociantes o aceitassem obrigatoriamente em pagamento”(Gonçalves, 1989 : 63).

Para que uma mercadoria pudesse ser transformada em moeda era necessário que possuísse características físicas que lhe permitisse cumprir as três funções básicas inerentes ao dinheiro: 1) servir de instrumento de troca, 2) servir de unidade de conta e 3) ter uma reserva de valor. O açúcar conseguia reunir todas essas funções, mas a última era deveras complicada. Por ser uma *comodity* o valor do açúcar estava indexado às cotações deste produto no comércio internacional. Nesse sentido, sempre que os preços caíam no mercado internacional havia

uma desvalorização do meio circulante fluminense ocasionando perdas aos comerciantes. Talvez tenha sido essa a principal razão pela qual os negociantes do Rio de Janeiro lutaram na Câmara Municipal, com sucesso, contra a lei que determinava o uso do açúcar como moeda, a qual foi abolida em 1663 (Lobo, 1978:26).

Após a decretação do fim do açúcar como moeda, a economia do Rio de Janeiro viveu um período de escassez monetária. O meio circulante fluminense, novamente, voltou a ser constituído de moedas de distintas origens que tinham seus valores intrínsecos avaliados segundo o peso de seus metais e fluíam do Rio de Janeiro para Portugal através do comércio internacional e do pagamento de impostos.

Para Maria Bárbara Levy (1983) a insatisfação popular decorrente das sucessivas tentativas do governo português de solucionar o problema de escassez do meio circulante através de desvalorizações da moeda metálica, levou-o à decisão de criar na Bahia uma Casa da Moeda, a qual teria a incumbência de cunhar moedas de menor valor para a colônia e moedas mais valiosas para o reino. Com a criação destes dois sistemas monetários - um para Portugal e o outro para a colônia - as autoridades portuguesas acreditavam que fosse possível impedir a evasão de divisas do Brasil, pois o meio circulante brasileiro passou a valer menos do que o europeu.

Responsável pela emissão de moedas metálicas a Casa da Moeda da Bahia deveria, também, cunhar moedas para o Rio de Janeiro. No entanto, a capitania do Rio de Janeiro, que concorria com a de Salvador no intrincado jogo dos interesses coloniais, recusou-se a utilizar os serviços da Casa da Moeda recém instalada no nordeste. Invocando como pretexto a distância geográfica entre o Rio de Janeiro e a Bahia, a Câmara Municipal e o governador do Rio de Janeiro, se recusaram a enviar ouro e prata (além de moedas já cunhadas) para o nordeste, para serem transformados em moeda provincial.

Diante desse impasse, D. Pedro II, em Carta Régia de 23 de janeiro de 1697, determinou que os moradores do Rio de Janeiro mandassem o dinheiro para a Bahia, conforme havia sido acordado antes, ou arcassem com as despesas necessárias à transferência da Casa da Moeda da Bahia para o Rio de Janeiro. Este impasse foi resolvido quando a Câmara e o

governador do Rio decidiram criar a sua própria Casa da Moeda, a qual abriu as portas em 1699, ocupando um prédio na rua Direita que pertencera a Companhia de Comércio(Fazenda, 1943:411- 415)

Apesar dos esforços da Câmara e do governo do Rio de Janeiro, a Casa da Moeda só permaneceu no Rio de Janeiro até 1700, quando foi transferida para Pernambuco. De lá, voltou definitivamente para o Rio de Janeiro graças a descoberta das minas de ouro das gerais e a decadência da região açucareira.

Instalada em uma nova sede na Praça do Carmo (atual Praça XV) (Fazenda, ob.cit.:411- 415), a Casa da Moeda passou a cunhar moedas de ouro para circularem no reino, ao invés das moedas provinciais que vinham sendo cunhadas no Brasil desde que a lei de 19 de dezembro de 1695 proibira a circulação das moedas do reino na colônia. A abundância de metais preciosos no Brasil garantiu o funcionamento simultâneo de várias casas da moeda. Além da de Lisboa, havia a da Bahia e a de Vila Rica, em Minas Gerais. O ouro aumentou a liquidez, expandiu o mercado interno e promoveu o crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro.

O porto do Rio de Janeiro tornou-se o principal escoadouro da produção aurífera do Brasil para Portugal. A dinamização portuária deu nova vida ao comércio local e transatlântico. A capitania do Rio de Janeiro passou a exportar escravos – comprados na África (com a cachaça produzida no Rio), ou dos proprietários de engenhos que entraram em decadência. Além do abastecimento dos navios ancorados no porto, o Rio de Janeiro passou a suprir a demanda de alimentos da região aurífera o que contribuiu para abertura de novos caminhos, mais tarde transformados em estradas.

O papel desempenhado pelo Rio de Janeiro - transformado em principal centro de abastecimento - causou problemas a outras regiões do Brasil. Em uma carta escrita aos oficiais da Câmara da Vila dos Ilhéus, Camamú e Cairú e Boipeba, Luís Cesar de Menezes, da Bahia, adverte aos oficiais que o desvio de farinha para o Rio de Janeiro "tem causado prejuízo ao povo da Bahia, que experimenta a falta desse gênero para o seu sustento causado pelo descaminho da farinha para o Rio de Janeiro" e solicita aos oficiais dessas comarcas que se constatassem o tráfico ilegal de farinha da Bahia para o Rio de Janeiro os oficiais

“remettessem o Mestre preso e a embarcação, com a farinha que se lhes achar para eu o castigar como for de justiça”(Ministério da Educação e da Saúde, 1938:195- 196).

Se na primeira metade do século XVIII havia a abundância de moedas no Rio de Janeiro, no início do século XIX a cidade voltaria a conviver com a falta de meio circulante devido ao desvio para a Inglaterra da moeda cunhada no Brasil e em Portugal. Melo Franco (1947) mostra que a Casa da Moeda do Rio de Janeiro cunhou, no período de 1703 a 1809, um total de 200 mil contos de réis mas, o meio circulante fluminense em 1808 somava apenas “10 mil contos; dois terços em ouro, um em prata, além de pequena quantia em moeda divisionária de cobre” (Mello Franco, 1947:9). Esses dados, de alguma maneira, servem para quantificar a evasão do meio circulante do Rio de Janeiro.

Nessa época, o Rio enfrentou não só a falta de liquidez, mas conviveu com uma verdadeira desordem monetária, a qual afetava a principal função do dinheiro: a de reserva de valor. Amaro Cavalcanti (1983) discute a discrepância dos valores intrínsecos e extrínsecos da moeda afirmando que “no começo deste século uma oitava de ouro amoedado valia legalmente entre nós, ao mesmo tempo – 1\$600 e 1\$777,7/9, e que essa oitava de ouro com dois valores diferentes servia de medida comum de valor unidade de conta às demais mercadorias”(Cavalcanti, 1983: 62).

Antes que a cidade tivesse resolvido os problemas que afetavam o meio circulante, a França radicalizou a disputa com a Inglaterra pela hegemonia européia e Napoleão Bonaparte declarou o bloqueio continental aos ingleses. Portugal, dependente economicamente da Inglaterra, não seguiu as diretrizes impostas pelos franceses que, em represália, invadiram o seu território obrigando a Coroa Portuguesa a vir para o Brasil.

A instalação do Estado português no Rio de Janeiro acarretou o aumento dos gastos públicos impossível de ser cobertos pelo aumento dos impostos ou por novas emissões de moedas metálicas. O crescimento das atividades econômicas, impulsionado pela abertura dos portos e pela revogação da proibição de instalação de fábricas, aumentou

ainda mais a demanda de moeda a qual só seria atendida com a emissão dos bilhetes do Banco do Brasil⁸, em 1810.

3) O Banco do Brasil e a emissão de papel- moeda

É praticamente consensual entre os historiadores a opinião de que o interesse do governo Português em criar o Banco do Brasil deveu-se a impossibilidade de financiar os gastos públicos - elevados quando da transferência da Corte para o Rio de Janeiro em janeiro de 1808 - através apenas da cobrança de tributos. A transformação do Rio de Janeiro em sede do Reino Português, a abertura dos portos às nações amigas e o fim das restrições impostas às manufaturas brasileiras aumentaram ainda mais a demanda por moeda a qual era incapaz de ser suprida a partir do estoque preexistente, já que a sua oferta era sabidamente muito pouco elástica. Restavam ao governo português duas alternativas para aumentar a liquidez do sistema e financiar os gastos. Uma seria promover um “levantamento” do valor de face da moeda; tal artifício freqüentemente utilizado nos séculos XVI e XVII possibilitaria um aumento nominal do estoque de moeda, mas seu custo político era elevado já que, na prática, esta medida depreciava o poder de compra da moeda(Lima e Müller, 2001).

Outra alternativa, menos problemática, seria a emissão de moeda papel (ou papel- moeda) através da criação de um banco emissor capaz de atender as necessidades de gastos do governo. Segundo Pelaez e Suzigan (1981) esta solução teria sido apresentada por D. Rodrigo de Souza Coutinho a D.João VI durante a viagem da Corte Portuguesa da Europa para o Brasil. Como é sabido a recomendação feita por D. Rodrigo de Souza Coutinho não era nova, pois segundo Peres (1971), desde o século XVII eram feitas sugestões aos reis portugueses para que criassem instituições bancárias no país⁹.

A proposta mais antiga, segundo o autor, consta na obra do mercador português Duarte Gomes Solis intitulada “ Discursos sobre los comércios de las Índias”, publicada em 1622. Uma outra

⁸ Antes dos bilhetes do Banco do Brasil podem ser considerados papel- moeda os bilhetes emitidos pela Casa de Administração Geral dos Diamantes, os bilhetes de Casas de Fundação e os bilhetes de permuta de ouro em pó.

⁹ Alguns desses projetos pioneiros de constituição de instituições bancárias em Portugal podem ser encontrados no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, em Lisboa.

recomendação ao Rei de Portugal para estabelecer bancos está documentada nas “Razões apontadas a El-Rei D.João IV a favor dos cristãos-novos, para se lhes haver de perdoar a confiscação de seus bens que entrassem no comercio deste reino “ escrita, em 1646, pelo padre Antonio Vieira (Peres,ob,cit). A principal razão para o insucesso dessas propostas talvez decorra da opção do governo português de atribuir às Companhias de Comércio algumas funções normalmente desempenhadas por bancos. A resistência do Estado português em relação à organização de instituições bancárias persistiu até o início do século XIX. Antes dessa data até mesmo a proposta de organizar o Banco Nacional Brigantino apresentada, em 1797, por D.Rodrigo de Souza Coutinho, na época ministro da Marinha, foi recusada pelo rei de Portugal(Guimarães, 1999). Ao que parece, o projeto de criação do Banco Nacional Brigantino -destinado também a sanear o meio circulante e a prover o Estado de recursos extra- fiscais- se aproxima, em muito, do Banco do Brasil, instituído por D. João VI através da assinatura do Alvará de 12 de Outubro de 1808.

As marchas e contramarchas em relação a organização de bancos em Portugal sugerem que naquele país e em suas colônias as atividades bancárias eram desempenhadas por prestamistas individuais, comerciantes e outros agentes que atendiam,fundamentalmente, às necessidades de fornecimento de crédito à iniciativa privada. Ao que parece, antes da chegada da família Real ao Brasil os gastos públicos ainda não justificavam a criação de um banco emissor. Nesse aspecto a política de financiamento dos gastos públicos portugueses parece ter sido mais ortodoxa do que a de outros países, que a exemplo da Inglaterra e dos EUA, não hesitaram em recorrer à emissão de papel- moeda quando necessitavam de recursos para financiarem, por exemplo, as guerras. No caso de Portugal, o Alvará de outubro de 1808, deixava claro que a organização de um banco emissor justificava- se pela necessidade de financiar as altas despesas governamentais. Como afirma Melo Franco (1979), o interesse de Portugal em um banco estatal se explicava muito mais por uma necessidade financeira do que econômica. Daí o fato de ter sido concebido como um banco emissor, vinculado à Coroa.

Segundo o Alvará que deu origem ao Banco do Brasil, assinado em 12 de outubro de 1808, o novo estabelecimento seria organizado sob a forma de uma moderna sociedade anônima, com permissão para operar por um prazo de vinte anos. Entraria em funcionamento logo que fossem vendidas as primeiras 100 ações de um total de 1200, com valores de face de 1 conto de réis cada uma.

De acordo com os estatutos, as principais funções do Banco do Banco eram o desconto de letras de câmbio, os depósitos de metais e de pedras preciosas, a emissão de letras ou bilhetes pagáveis à vista ao portador (convertíveis em metais) e o monopólio na venda de diamantes, pau-brasil, marfim e urzella¹⁰.

O Banco recebeu do governo a atribuição de ser o depositário dos bens dos órfãos, das irmandades e das ordens terceiras que giravam uma soma considerável de dinheiro, devido aos serviços essenciais prestados à população, sobretudo, no campo da assistência médica.

A administração ficaria a cargo de uma Assembléia Geral composta dos quarenta maiores acionistas portugueses. A primeira diretoria seria indicada pelo Príncipe Regente e as demais nomeadas pela Assembléia Geral e confirmadas por Diploma Régio.

¹⁰ Até então as comissões provenientes do monopólio da venda de diamantes, pau-brasil, e urzella eram arrematadas pelo Real Erário. Ver MELLO, Franco, *op.cit.*32

Apesar do empenho da Coroa a venda das primeiras 100 ações do Banco foi extremamente difícil e só foi efetuada em dezembro de 1809. O desinteresse dos futuros acionistas estava associado, talvez, as baixas expectativas em relação ao retorno dos capitais aplicados na compra de papéis do Banco. Enquanto as atividades ligadas ao comércio transatlântico eram extremamente rentáveis e atrativas, além dos riscos serem calculáveis, o investimento em ações do Banco constituía um negócio desconhecido, difícil de se calcular o retorno e cuja única garantia era a confiança do público investidor (Lima e Müller, 2001). As dificuldades de encontrar investidores interessados na compra de ações do Banco do Brasil só começaram a se atenuar a partir de 1813, graças ao aumento de dividendos e as vantagens oferecidas aos acionistas. Em 1816 o Banco já era um negócio lucrativo e suas ações rendiam 19% ao ano, onerando o erário e forçando a administração do Banco a autorizar novas emissões.

A venda de ações do Banco serviu para alguns negociantes fluminenses de passe para a nobreza, já que em retribuição a compra de ações do Banco a Coroa portuguesa, e mais tarde o Império brasileiro, distribuía Comendas da Ordem de Cristo e títulos do Conselho de Fidalgos da Casa real, além de nomeações para a Real Junta do Comércio (Martinho e Gorenstein, 1992 : 148)

A primeira emissão de bilhetes do Banco do Brasil ocorreu em 1810, com valores superiores a 30 mil réis. Entre 1814 e 1820, as emissões de papel-moeda elevaram-se fortemente, a um tempo em que não houve resgate. Em sua segunda emissão o Banco colocou em circulação notas de valores bem inferiores a 30 mil réis. Passaram a circular, no Rio de Janeiro, entre outras as cédulas de 4 mil réis, 6 mil réis, 8 mil réis e de 10 mil réis. As notas do Banco do Brasil eram utilizadas no pagamento do funcionalismo e dos impostos e rapidamente tornaram-se o principal componente do meio circulante da cidade.

Nos anos de 1814 a 1820, os bilhetes em circulação aumentaram de 1042 mil para 8,070 mil contos de réis, sendo que, em 1820 os depósitos metálicos, ou seja a reserva do Banco do Brasil era de apenas 1.315 contos(Andrada, 1923: 11). Em 1821, o balanço das operações do

Banco do Brasil revelou que a instituição estava prestes a falir sendo o saldo devedor de 6.016 contos de réis, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1
 Demonstrativo do Ativo e do Passivo do Banco de Brasil
 Ano de 1821 (valores em 1.000 contos de réis)

Ativo	Total	Passivo	Total
Empréstimos	3.303	Notas em circulação	8.872
Moedas metálicas em poder do público	1.315	Depósitos para operações cambiais	662
		Depósitos a prazo	245
		Bilhetes de Montevideu a serem pagos	230
		Dividendos e outras dívidas	142
		Depósitos do Público	482
Ativo total	<u>4.618</u>	Passivo Total	<u>10.633</u>
	Saldo negativo		<u>6.015</u>

Fonte: Franco, Bernardo de Souza (1984). *Os Bancos do Brasil* (primeira edição de 1848). Brasília: Editora da Universidade de Brasília

A situação agravou-se quando D. João VI, ao voltar para Portugal, retirou jóias e metais preciosos dos cofres do Banco desvalorizando os bilhetes emitidos pela instituição. Com a queda do lastro dos bilhetes do Banco, a circulação das moedas metálicas diminuiu pois, além de serem usadas como meio de pagamento nas transações internacionais, as moedas metálicas passaram a valer mais do que os bilhetes do Banco do Brasil dando força, na prática, a lei de Gresham baseada na afirmativa de que "a moeda má expulsa a boa".

A falta de lastro não impediu o Banco de fazer novas emissões. Após uma breve contenção em 1821, as notas do Banco do Brasil foram emitidas em um ritmo veloz e continuaram depois da Independência do Brasil, conforme indicam os dados reunidos na tabela 1.

É interessante observar que apesar do Banco abrir duas filiais - uma na Bahia, em 1818, e a outra em São Paulo, em 1820 - teve uma natureza muito mais regional do que nacional, já que cerca de 90% do papel-moeda emitido pelo Banco do Brasil foi destinado à praça do Rio de Janeiro (Franco, 1984).

Em 1828 era grande a oposição ao Banco do Brasil que foi proibido de fazer novas emissões, consideradas uma das principais causas das desvalorizações cambiais. Em meio a um clima de franca acusação aos antigos diretores do Banco do Brasil, o Parlamento decidiu, em 1829, encerrar as atividades do Banco do Brasil.

Após o fechamento da instituição, as notas do Banco do Brasil foram trocadas pelas notas inconversíveis do Tesouro Nacional., o qual, naquele momento, passaria a centralizar o poder emissor. Essa não foi a primeira intervenção feita pelo Tesouro para sanear o meio circulante nacional, já que, em 1827, este substituíra por cédulas as moedas de cobre falsificadas na Bahia (Lissa, 1987:14).

O fim do Banco do Brasil não causou maiores abalos na oferta de crédito ao setor privado e ao governo. O financiamento dos gastos públicos ficou a cargo das emissões do Tesouro e dos títulos de dívida pública e o crédito à iniciativa privada permaneceu em mãos de comerciantes, prestamistas individuais, que não chegaram a ter as suas atividades neutralizadas pela ação do Banco do Brasil. A reduzida participação do desconto de letras privadas, dentre as modalidades de empréstimos concedidos pelo Banco, pode ter sido um fator importante para que a nossa primeira instituição bancária não tivesse o apoio da sociedade no momento em que estava sendo discutida a sua liquidação.

Apesar do Banco do Brasil ter se desvirtuado de suas funções, dedicando-se quase exclusivamente ao financiamento dos gastos governamentais, graças a sua atuação foi possível modernizar o meio circulante nacional - através da emissão de papel-moeda - solucionar a grave crise de escassez de meios de pagamento e promover o

crescimento do mercado interno na cidade do Rio de Janeiro onde circularam a maioria de suas notas.

Quase uma década após a extinção do Banco do Brasil, o Tesouro Nacional perderia o monopólio do poder emissor no Rio de Janeiro, e em outras partes do país, em consequência do aparecimento do Banco Comercial do Rio de Janeiro¹¹.

¹¹ Na década de 1840, surgiram também o Banco Comercial da Bahia, o Banco Comercial do Maranhão, o Banco Comercial do Pará e o Banco Comercial de Pernambuco.

4) O Banco Comercial do Rio de Janeiro e o crédito privado no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX:

Com o encerramento das atividades do primeiro Banco do Brasil, a oferta de crédito passou a ser uma atividade quase exclusiva da iniciativa privada. Os financistas mais importantes eram os comerciantes, comissários residentes no Brasil ou em Portugal, que financiavam os agentes econômicos ligados à grande lavoura exportadora. Além destes havia as casas comerciais e as casas de descontos (mais conhecidas como casas bancárias) que funcionavam como verdadeiros bancos.

Segundo Levy e Andrade (1985:20), enquanto as casas comerciais atendiam aos interesses do grande comércio atacadista e varejista financiando a compra de mercadorias importadas pelos comerciantes locais através da assinatura prévia de títulos de dívida privada (ativos negociáveis), as casas de descontos, algumas delas organizadas por corretores, transacionavam com divisas e atuavam no mercado secundário- através do desconto antecipado de letras de crédito privadas (mercado secundário). Essas operações de crédito eram realizadas sem o controle do Estado pois, ainda não havia sido promulgado o Código Comercial.

A primeira Caixa Econômica antecedeu a criação do Banco Comercial do Rio de Janeiro. Surgiu na Corte em 1831 e foi organizada com capitais de origem privada, graças a iniciativa de José Florindo de Figueiredo Rocha. O alvo da instituição eram as pequenas poupanças de trabalhadores e de escravos que depositavam as suas economias nas cadernetas da instituição¹².

O Banco Comercial do Rio de Janeiro foi o primeiro banco emissor privado do Rio de Janeiro¹³. Dirigido por François Ignace Ratton abriu as suas portas na rua da Alfândega, em 1838, mas só teve a sua carta patente aprovada em 23 de junho de 1842. Os capitais para a formação do Banco vieram de negociantes ligados ao comércio de importação e exportação de café, produto que vinha sendo cultivado no Vale do Paraíba fluminense, desde 1830.

¹² A Caixa Econômica do Rio sobreviveu durante 28 anos e não foi a única da província, em 1834, surgiu a de Campos. Estas informações são de AZEVEDO e LINS, 1969: 31

¹³ O primeiro banco comercial emissor foi o Banco do Ceará fundado em 1836.

O capital inicial do Banco foi fixado em 5.000:\$ mil contos de réis, divididos em 10 mil ações de 500\$ réis cada uma. Autorizado a funcionar por um período de 20 anos, o Banco Comercial do Rio de Janeiro, de acordo com os seus estatutos(*apud* Franco, 1848:27- 28), tinha permissão para efetuar as seguintes operações:

- depósitos em moedas, jóias, ouro, prata e papéis (títulos de dívida do governo e papéis privados);

- abertura de contas correntes ;

desconto de letras de câmbio e da terra, de títulos públicos e de particulares;

- empréstimos com base em moeda forte, títulos governamentais e ações do próprio Banco e de quaisquer companhias, ficando seus donos responsáveis pelo pagamento da quantia emprestada.

O parágrafo 12 dos estatutos autorizava o Banco a”comprar e vender metais preciosos caso viesse a ser de emissão ou se quisesse tornar as suas notas realizáveis em metais” Mas, ao legislar sobre a emissão dos vales bancários, o governo imperial estabeleceu que o Banco não poderia emitir vales com prazos de resgate superiores a 10 dias, com valores inferiores a 500 réis e em proporção maior a um terço do capital. Tais restrições à livre circulação e emissão de vales bancários do Banco Comercial mostravam a disposição do Império brasileiro de centralizar o poder emissor. Na prática, como raramente os vales eram trocados por moeda, acabaram desempenhando a função de papel- moeda e serviram como meio de pagamento no comércio fluminense (Azevedo e Lins, 1969:33).

A lucratividade do Banco era decorrente da diferença entre os percentuais dos juros pagos aos depositantes - 4 a 4,5% -e as taxas cobradas em redesconto de letras, 6 a 7% ao ano (Levy e Andrade, 1985:24). Ainda dependente das relações pessoais dos comissários, o Banco Comercial do Rio de Janeiro concedia “empréstimos através de um intermediário, um comissário ou um outro comerciante ligado ao setor importador e exportador, pois além de conhecerem os tomadores de empréstimos, os comerciantes tinham interesse direto neste tipo de operação uma vez que alguns deles eram acionistas do Banco e recebiam dividendos”(Guimarães, 1997:40).

Como os prazos fixados pelo Banco para a concessão de seus empréstimos eram em média de 4 meses, os setores ligados à agricultura e à indústria não puderam ser beneficiados com os financiamentos oferecidos pelo Banco, que acabaram sendo direcionados para as atividades comerciais.

A tabela 2 evidencia que, apesar da emissão de papel moeda em 1853 ter alcançado um número 29 vezes superior ao valor da primeira emissão em 1839, o Banco manteve uma política de emissão austera, mantendo-se dentro das diretrizes impostas pelo governo de só emitir até 1/3 do valor de seu capital . Se é possível afirmar que os vales do Banco Comercial do Rio de Janeiro não chegaram a provocar nenhuma instabilidade monetária é mais difícil avaliar o peso relativo desta emissão privada na composição do meio circulante fluminense.

Tabela 2

Banco Comercial do Rio de Janeiro(valores em contos de réis)

Anos	Capital	Notas descontadas	Notas emitidas
1838	1.000	0	0
1839	1.000	1.460	54
1842	2.500	(x)	(x)
1852	4.000	(x)	(x)
1853	(x)	10.639	1.574

(x) valores desconhecidos

Fonte: PELAEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson (1976). *História Monetária do Brasil*. Rio de Janeiro : IPEA.

A austeridade da política emissionista do Banco Comercial do Rio de Janeiro limitava a sua capacidade de atender a demanda de crédito no Rio de Janeiro. Comparando a praça do Rio de Janeiro à de Nova York, nos EUA, Bernardo de Souza Franco(1848) chama atenção para o fato de que “com uma população de quase 200 mil habitantes o Rio de Janeiro tinha, em 1848, apenas um estabelecimento bancário com um capital de 2.500\$ contos de réis, enquanto a cidade de Nova Iorque, nessa mesma época possuía cerca de 312.710 habitantes que dispunham de 24 bancos, com o capital de mais de 50 mil contos de réis multiplicado por inúmeras emissões de notas”(Franco, 1984:31). O autor acrescenta, ainda, que “em 1844 o estado de Nova Iorque possuía 150 estabelecimentos bancários” e

considerava a existência destes estabelecimentos um fator importante para assegurar o dinamismo do comércio e de outras atividades econômicas.

A importância atribuída por Souza Franco às emissões de papel-moeda, mesmo sem lastro integral, para promover o crescimento econômico era um dos principais princípios da chamada escola papalista. Defendendo a pluralidade emissora, os papelistas opunham-se aos adeptos da escola metalista que acreditavam que a estabilidade monetária poderia ser alcançada através de emissões de papel-moeda lastreadas em metais preciosos (moedas conversíveis) e do poder emissor centralizado em um só banco, como passou a ser feito na Inglaterra após a assinatura do *Peel Act* (1844) que limitou os direitos de emissão dos bancos particulares.

Em linhas gerais, os metalistas e os papelistas reproduziram no Brasil o debate teórico travado no século XIX na Inglaterra entre os defensores da *currency school*, da *banking school* e da *free banking school*. A *currency school* defendia que os resultados da balança comercial de um país regulavam a quantidade de moeda em circulação, os preços internos e os níveis das taxas de câmbio. Assim, o receituário dos adeptos dessa escola para manter a estabilidade monetária era a defesa do padrão-ouro, da conversibilidade do papel-moeda e o monopólio emissor (Eatwell, Milgate, Newman, 1987:183).

A *banking school* opunha-se a *currency school*, pois defendia a pluralidade emissora e o lastro das notas não só em moedas metálicas, mas também em papéis. Os adeptos dessa corrente negavam que “as variações nas emissões de papel-moeda pudessem causar alterações no nível de preços domésticos, ou mesmo pudessem levar a uma queda do nível das reservas” (Eatwell, Milgate, Newman, *ob.cit.*). Acreditando que se houvesse um sistema bancário competitivo não haveria excesso de emissão ou de inflação pregavam a pluralidade emissora, sem serem radicais, pois reconheciam a necessidade de um banco central para manter a estabilidade econômica. A *free banking school*, como o nome já diz, era contrária aos fundamentos das duas outras escolas e defendia a ausência de normas de regulamentação do meio circulante e a inexistência de um banco central.

Inspirados nestes princípios, os metalistas brasileiros faziam a defesa da estabilidade monetária através da adoção do padrão-ouro e do monopólio da emissão em poder de um banco público. Em contraposição, os papelistas consideravam que o metal, apesar de sua ótima aceitação, não poderia ser um instrumento de permuta exclusivo de uma sociedade desenvolvida, com uma estrutura financeira avançada, pois apresentava alguns inconvenientes – escassez, dificuldade de transporte e de contagem – que impediam um desenvolvimento maior do sistema bancário e conseqüentemente levavam à escassez da moeda. Daí a proposta da pluralidade emissora para assegurar a liquidez monetária, mesmo quando houvesse um banco público.

Em 1846 a lei 401, de 11 de setembro de 1846¹⁴ inseriu o país nas regras do padrão-ouro ao estabelecer a paridade fixa de 27 *pences* por mil réis colocando, pelo menos em tese, um limite à expansão do papel-moeda e dando uma vitória momentânea aos metalistas.

5) A emissão pública e privada no Rio de Janeiro: do segundo reinado à proclamação da República.

Em 1850 Eusébio de Queirós, Ministro do Império brasileiro, seguindo os preceitos do *Bill* Aberdeen, resolveu aprovar, em setembro daquele ano, a lei 531 extinguindo o tráfico de escravos no Brasil. A partir de então, os capitais que vinham sendo aplicados na compra e venda de escravos africanos migraram para novas atividades econômicas possibilitando o surgimento de novos bancos e empresas.

A liberação destes capitais foi seguida da promulgação do Código Comercial¹⁵ e da Lei de Terras¹⁶, peças jurídicas essenciais para o funcionamento destes estabelecimentos. O primeiro reconheceu legalmente a profissão de banqueiro e regulamentou juridicamente a organização dos bancos e dos contratos de financiamento (inclusive daqueles garantidos por hipotecas), a segunda tornou a terra um ativo negociável.

Graças ao Código Comercial - que deu garantias legais à organização de empresas no Brasil - e a disponibilidade de capitais - foi

¹⁴ A lei foi regulamentada pelo decreto 487, de 28 de novembro de 1846

¹⁵ A lei n° 556 de 25 de junho de 1850 criou o Código Comercial.

¹⁶ A legislação de n° 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentou a Lei de Terras.

possível a abertura no Rio de Janeiro de novas sociedades anônimas, principalmente, no setor de serviços e de infra-estrutura econômica (no Rio de Janeiro foram poucas as indústrias que assumiram a forma de sociedades anônimas). A negociação das ações destas empresas, especialmente de bancos e de companhias de seguros, deram início as atividades da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Esta última existia desde 1848, mas os corretores concentravam as suas atividades na negociação de títulos da dívida pública e não de ações de empresas privadas. (Levy, 1977:109).

Em meio a esta moldura institucional favorável, Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como Barão de Mauá, um dos maiores negociantes do Rio de Janeiro, proprietário do Estaleiro Ponta de Areia e sócio da firma inglesa Carruthers e Companhia, associou-se a outros importantes comerciantes e corretores e fundou, em 1851, o Banco do Comércio e da Indústria do Brasil, mais conhecido como Banco do Brasil, de Mauá. O capital do Banco, de 10.000 contos de réis, era considerado grande para os padrões da época¹⁷ e foi dividido em 20 mil ações, de 500\$ réis cada uma.

O Banco do Comércio e da Indústria do Brasil transformou a natureza do financiamento no Rio de Janeiro. A oferta de crédito, até então, dominada por prestamistas individuais – comissários – passou a ter o formato de uma moderna intermediação financeira, onde os recursos de terceiros eram emprestados por intermédio de uma instituição bancária e não através de relações pessoais.

O Banco do Comércio e da Indústria do Brasil conseguiu abrir filiais fora do Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Segundo Guimarães (1997:106), a abertura destas filiais visava facilitar o comércio da carne verde, entre a Corte e as províncias do Sul, já que os principais acionistas do banco, entre eles Mauá, negociavam com esse produto. Graças a iniciativa de Mauá a província do Rio Grande do Sul passou a ter, a partir de 1852, o seu primeiro estabelecimento bancário.

O Banco Comercial do Rio de Janeiro e o banco de Mauá reforçaram no Rio de Janeiro a emissão de notas bancárias de origem privada, mas o

¹⁷ O capital do Banco correspondia a um terço do valor do Orçamento do Império para o ano de 1851, ver Caldeira, 1995, 226.

peso relativo do papel moeda emitido pelos bancos era, sem dúvida, pouco expressivo. Em 1852, o total de papel- moeda em circulação no Brasil era de 50.315\$ contos de réis. Destes apenas 3.631\$ contos de réis, ou seja 7,3%, correspondiam ao papel- moeda de origem bancária. Em outras palavras, o papel moeda em circulação, naquele ano, era composto, basicamente, de notas emitidas pelo Tesouro nacional que somavam 46.684\$ contos de réis, ou seja 92,7% do total do papel- moeda circulante(Pelaez e Suzigan, 1981,78).

Fora do mundo das finanças, Mauá criou empresas responsáveis pela modernização da cidade que permitiram à Corte participar dos benefícios oriundos da segunda revolução industrial. Fazem parte deste elenco a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, a Estrada de Ferro de Petrópolis e a Imperial Companhia de Navegação a Vapor. Além destas, vale à pena mencionar a Companhia de Bondes Jardim Botânico que inaugurou o bonde movido à tração animal, sobre trilhos, e contribuiu para o crescimento dos transportes públicos no Rio de Janeiro¹⁸.

Em 1853 D. Pedro II assinou a lei 683, em 5 de julho de 1853, e criou um novo Banco do Brasil. A partir daí, o meio circulante da Corte voltaria a sofrer novas alterações decorrentes da substituição das notas do Tesouro pelas notas do Banco do Brasil e do aumento do papel- moeda de origem bancária.

Para garantir o monopólio das emissões e ao mesmo tempo reunir os capitais necessários à abertura do Banco do Brasil, o governo imperial forçou a fusão do Banco do Comércio e da Indústria do Brasil e do Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco do Brasil, obrigando os proprietários dos estabelecimentos bancários privados a cederem seus direitos de emissão e a subscreverem as ações do banco estatal recém formado. Após a subscrição, o Banco do Brasil foi aberto com o capital inicial de 30.000\$ contos de réis e os antigos diretores do Banco Comercial do Rio de Janeiro e do banco de Irineu Evangelista de Souza passaram a fazer parte da sua primeira diretoria.

¹⁸Esta empresa logo atraiu os capitais norte- americanos tornando- se a Botanical Rail Road Company .

A este segundo banco público, com sede no Rio de Janeiro, foram atribuídas não só as funções características de um bancos comercial – abertura de contas correntes, recebimento de depósitos e concessão de empréstimos – mas outras operações típicas dos modernos bancos centrais tais como o redesconto e a emissão de notas, instrumentos importantes no controle da liquidez monetária.

Apesar da centralização do poder emissor em mãos do Banco do Brasil limitar a liquidez monetária e conseqüentemente a expansão do crédito, investir na organização de bancos na Corte era um bom negócio, pois havia nos primeiros anos de 1850 um clima de prosperidade econômica e de estabilidade política.

Nos anos de 1853 a 1856, fase em que o Banco do Brasil deteve a exclusividade do poder, surgiram dois estabelecimentos bancários no Rio de Janeiro: o Banco Rural e Hipotecário e a Casa Mauá Mac-Gregor, esta última a maior casa bancária privada de toda a época do Império.

O Banco Rural e Hipotecário era uma sociedade anônima que foi organizada com o capital inicial de 8.000\$ contos de réis. Dirigido por uma diretoria formada de um fazendeiro e três importantes negociantes fluminenses¹⁹ foi o primeiro estabelecimento bancário do Rio de Janeiro a emprestar dinheiro aceitando como garantias hipotecas de bens de raiz e de propriedades urbanas e rurais (Guimarães, 1999).

A Casa Mauá Mac-Gregor e Companhia foi organizada em julho de 1854, mas só abriu as portas em 1855, como uma sociedade em comandita por ações²⁰. Um dos sócios gerentes escolhidos para compor a diretoria da Casa Mauá- Mac Gregor e Companhia era João Inácio Tavares, ex-diretor do Banco do Comércio e da Indústria do Brasil e o outro Alexander Donald MacGregor, um negociante nascido em Liverpool, indicado para representar a empresa. em Londres. Irineu Evangelista de Souza e José Henrique Reynell de Castro, de origem portuguesa e sócio da Carruthers, Castro & Co completavam a gerência da empresa.

¹⁹ A diretoria do Banco era composta de Belarmino Siqueira(fazendeiro e Deputado pela Província do Rio de Janeiro) e três negociantes: João Pedro Saião, João Batista Fonseca e Antonio Ribeiro Forbes.

²⁰ Para poder existir legalmente esta forma de organização empresarial dependia apenas de um registro na Junta Comercial, estando fora do controle rígido imposto pelo governo às sociedades anônimas, regidas pelo Código Comercial.

Mauá gozava de enorme prestígio entre os comerciantes do Rio de Janeiro, liderança conquistada na presidência da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro(atual Associação Comercial do Rio de Janeiro)e através da sua atuação na Comissão encarregada de redigir o Código Comercial. Assim, não foi difícil para o empresário reunir 182 sócios comanditários para organizar a Mauá Mac Gregor e Companhia. Segundo a pesquisa de Guimarães (1997: 149), entre estes havia muitos comerciantes brasileiros mas o empreendimento tornou-se atrativo para investidores estrangeiros, principalmente, ingleses, portugueses e franceses que atuavam no grande comércio de importação e exportação.

Na história das instituições de crédito do Rio de Janeiro e do Brasil, o aparecimento da Casa Mauá Mac-Gregor e Companhia corresponde a um verdadeiro ponto de inflexão. Isto porque, a exceção do Banco do Comércio e da Indústria do Brasil e do Banco do Brasil que tiveram filiais em localidades fora do Rio de Janeiro, o que se conhecia naquela época eram bancos estritamente locais. Somente a Casa Mauá Mac-Gregor e Companhia conseguiu a abrir agências na Europa e nos Estados Unidos, os maiores centros financeiros mundiais do século XIX. A presença de Mauá nas praças de Londres, Manchester, Nova Iorque, Montevideu, Rosário, Córdoba e no Rio de Janeiro possibilitava ao empresário lucrar com os negócios de câmbio, ou seja com a compra e a venda de divisas estrangeiras e troca de letras de câmbio. Ter filiais no exterior constituía, sem dúvida, uma vantagem estratégica em relação às demais instituições de crédito que funcionavam no Rio de Janeiro naquela época.

Além da Casa Mauá Mac-Gregor e Companhia, do Banco do Brasil e de bancos comerciais privados, operavam no Rio de Janeiro desde a primeira metade do século XIX pequenas casas bancárias que apesar de realizarem operações idênticas às dos bancos comerciais diferiam destes em relação à natureza jurídica e ao volume de capital necessário para o seu funcionamento. Enquanto as casas bancárias eram companhias de capitais fechados, a maioria dos estabelecimentos bancários já nasceu sob a forma de sociedades anônimas. Possivelmente esta foi a razão das casas bancárias serem abertas com

capitais girando em torno de 300 a 1500 contos de réis, quantias bem inferiores aos capitais que deram origem aos bancos fluminenses.

Na década de 1850, durante a fase de prosperidade dos negócios com o café, floresceram algumas casas bancárias no Rio de Janeiro. A mais importante era a Souto & Cia fundada pelo português Antonio José Alves Souto & Cia, que há anos trabalhava na Corte como corretor de títulos e de outros valores, tinha título de nobreza e gozava de muito prestígio junto à colônia portuguesa fluminense chegando a ocupar o cargo de presidente da Beneficência Portuguesa.

Além desta estabeleceram-se no Rio de Janeiro outras casas bancárias dentre as quais incluem-se a Gomes & Filhos e Companhia-especializada na captação de pequenas poupanças de trabalhadores livres e escravos-, a Montenegro, Lima & Companhia, a Oliveira Bello e a Amaral Pinto.

A pesquisa de Ana Maria Ribeiro de Andrade(1987) revela que o cliente preferencial das casas bancárias era aquele cuja demanda de crédito não podia ser satisfeita através de empréstimos diretos do Banco do Brasil, ou dos bancos comerciais privados. A oferta de crédito destas casas bancárias não era composta apenas de depósitos feitos pelo público mas, também, de empréstimos obtidos em bancos particulares e no Banco do Brasil. Parte dos lucros destes estabelecimentos advinha de operações triangulares, ou seja, das diferenças entre os valores das taxas de desconto pagas pelas casas bancárias aos bancos comerciais e dos altos juros cobrados dos tomadores de empréstimos.

Em 1857 a economia cafeeira entrou em crise, com quedas acentuadas nas exportações e nas cotações dos preços do café no mercado mundial. Em meio à retração econômica, o governo Imperial afastou o ministro papalista Souza Franco da pasta da fazenda e colocou em prática os princípios metalistas através da promulgação da Lei 1083, de 22 de agosto de 1860.

A nova legislação limitava a liquidez monetária determinando que nenhum banco privado poderia emitir vales, enquanto não se mostrasse capaz de reembolsá-los em ouro. Apenas o Banco do Brasil e suas filiais tiveram essa autorização, o que demonstra que incapaz de eliminar a

pluralidade o Governo procurou cerceá-la. A “Lei dos Entraves” abalou o sistema bancário carioca. Os bancos Comercial e Agrícola e o Rural e Hipotecário perderam seus direitos de emissão e o Banco Comercial e Agrícola, fundado durante a administração de Souza Franco, foi liquidado. Houve uma forte retração da liquidez, seguida da alta das taxas de juros e da falência de casas bancárias. O Banco do Brasil tentou intervir na crise e concedeu empréstimos à Casa Souto que acumulou uma dívida de 22 mil contos de réis, o que correspondia à metade do capital do Banco do Brasil(Andrade, 1991:121).

A impossibilidade do Banco do Brasil de continuar a rolagem das dívidas da Casa Souto, levou-a à falência e espalhou um verdadeiro pânico nos comerciantes da Corte conforme evidencia a carta de José Joaquim de Lima e Silva, Conde de Tocantis e Presidente da Associação dos Comerciantes do Rio de Janeiro, ao Imperador D.Pedro II

“Senhor- a Comissão da Praça do Comércio vem respeitosamente trazer ao conhecimento do governo de Vossa Majestade o estado calamitoso em que se acha esta praça, em consequência da catástrofe comercial ocorrida no dia 10 do corrente, pela suspensão que fez dos seus pagamentos a casa bancária Antonio J.A do Souto & Cia.

O pânico que sobre o público produziu este acontecimento não se pode descrever mas pode ser avaliado por todos quantos conhecem a importância desta casa, a grande quantidade de depósitos que tem em si e o entrelaçamento em que se acha com todos os Bancos e principais casas de comércio desta praça.

O susto e a desconfiança tornaram-se gerais e o resultado foi correrem os portadores de títulos, não só desta casa como de outras, a exigirem das mesmas o embolso imediato deles.

Teve ela como imediato resultado paralisar o crédito, suscitar uma desconfiança geral, e fazer pairar sobre todas as casas comerciais, que em grande número se acham ligadas com a mencionada casa bancária, uma ameaça de se verem arrastadas na mesma catástrofe. Quem pode prever até onde chegarão as consequências deste acontecimento?

Por outro lado, o Banco do Brasil, principal credor da mencionada casa, não só se acha ameaçado de graves prejuízos, como já se vê atacado por uma corrida sobre seu fundo disponível, corrida que principiou hoje, e que não é possível prever quando acabará.

A Comissão desta praça, confiada no zelo de que Vossa Majestade Imperial sempre se mostra possuído pelo bem do país e no interesse que lhe merece tudo quanto diz respeito à prosperidade e a grandeza do Império, aguarda tranqüila as medidas que aprouver ao Governo Imperial tomar para salvar

essa praça da formidável crise por que está passando.(apud Guimarães, 1997:205).

Após a crise de 1864, saíram fortalecidos os bancos estrangeiros e o Banco do Brasil. Os bancos privados nacionais fluminenses quase não resistiram à crise bancária. Mauá liquidou, em 1866, a Casa Mauá MacGregor e Cia e abriu um novo banco, chamado Banco Mauá & Cia que entraria em processo de liquidação em 1875.

Os bancos estrangeiros vinham tendo um papel relevante na estrutura de crédito do Rio de Janeiro desde que empresários e comerciantes ingleses estabelecidos na Corte resolveram criar o London and Brazilian Bank e o Brazilian and Portuguese Bank, mais tarde denominado de English Bank of Rio de Janeiro, respectivamente em 1862 e 1863, e revolucionaram a prática bancária fluminense, disseminando o uso do cheque.

O London and Brazilian Bank não se restringiu ao Rio de Janeiro abrindo filiais em Recife e Porto Alegre. A do nordeste visava dar suporte financeiro às companhias londrinas de exportação e importação que negociavam com açúcar e algodão. A do sul estava ligada diretamente aos interesses das firmas britânicas de que atuavam nos negócios de exportação e de importação de carne e dos frigoríficos ingleses que atuavam na região(Joslin, 1963:67).

Comentando a presença destes estabelecimentos no Rio de Janeiro, Maria Bárbara Levy argumenta que

“não eram filiais de bancos ou casas bancárias da Inglaterra, mas associações de grandes comerciantes que negociavam com o Brasil e viam nos negócios financeiros perspectivas de expandir seus negócios no Brasil. Não representavam a alta finança européia, mas reuniam comerciantes acostumados a lidar com o comércio exterior brasileiro, com o objetivo de colocar estas instituições a serviço de suas *tradings*”(Levy, 1994:81).

O quadro 1 mostra que além dos ingleses, alemães, franceses, portugueses e italianos abriram bancos no Rio de Janeiro. Enquanto o Banque Bresiliènne Française e o Banco Alemão Brasileiro apoiavam os investidores de seus países no Brasil, as agências do Banco do Minho e

do Banco de Napoli prestavam serviços preferencialmente aos imigrantes portugueses e italianos que moravam na cidade e desejavam remeter suas economias para os seus países de origem.

No período compreendido entre os anos de 1866 a 1875, a província do Rio de Janeiro passou a contar com a presença do Banco Comercial do Rio de Janeiro, fundado em 1866, e do Banco do Comercio, organizado em 1875.

Em 1888, a abolição da escravidão e a disseminação do trabalho assalariado aumentaram a demanda de moeda, deflagrando uma nova crise de liquidez na praça do Rio de Janeiro .A princípio, o Império brasileiro teve a intenção de autorizar a emissão de notas bancárias privadas, lastreadas em ouro ou em títulos da dívida pública, mas acabou desistindo e optando em vincular às emissões ao lastro metálico. O Banco Nacional do Brasil, o Banco do Comércio e o Banco de São Paulo tornaram- se emissores, mas somente o Banco Nacional do Brasil conseguiu exercer os direitos conferidos pela lei, beneficiado com a contratação de um empréstimo na Inglaterra e com a alta dos preços do café(Levy, 1977:145)

Com o fim da monarquia, a crise de liquidez que abalava os mercados de crédito do Rio de Janeiro, e de outras partes do país, tornou- se um problema da República que visando uma solução adotou uma política de crédito expansionista que deu origem a um dos mais fortes movimentos especulativos da história da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, trazendo inquietações à província fluminense: o principal centro financeiro do país.

Ao assumir o ministério da fazenda da República Rui Barbosa, um dos porta-vozes dos interesses industriais no Brasil, realizou a última tentativa de estabilizar a moeda no Brasil, a partir do receituário da escola papelista, assinando um decreto responsável pela criação de bancos emissores nas regiões norte, centro e sul do país. A região do Centro teve como sede o Rio de Janeiro. Além deste incluía os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo Paraná e Santa Catarina. De um total de emissão de 450 mil contos de réis, a região do Centro recebeu o dobro da região Sul sendo contemplada com 200 mil

contos de réis, ou seja, um pouco menos da metade do total de notas autorizadas pelo ministério(Levy, 1977:149).

Os banco escolhido como emissor no Rio de Janeiro foi o Banco dos Estados Unidos do Brasil que, em 1890, sofreu um processo de fusão com o Banco Nacional dando origem ao Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Este último, colocou seus bilhetes em circulação e chegou a ser mais importante do que o Banco do Brasil.

A pluralidade emissora deflagrou uma crise financeira levando o governo a intervir no sistema bancário através da fusão do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Deste processo resultou o aparecimento do Banco da República do Brasil que passou a ter o monopólio sobre a emissão de notas bancárias.

No período de 1889 até 1892, o aumento da liquidez provocado pela expansão de moeda teve um duplo efeito. De um lado, o crédito ficou mais barato, estimulando o lado real da economia. De outro, ocasionou uma inflação, seguida de um movimento especulativo na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro que teve início com ações dos bancos, valorizadas pelo crescimento dos empréstimos bancários. A especulação acabou por envolver ações de outras companhias, sobretudo, dos ramos de seguros e de transportes.

A crise especulativa se estendeu até 1893, quando a Bolsa mostrou sinais de queda do volume de negócios. Para o Rio de Janeiro, a euforia do crédito possibilitou o crescimento das atividades industriais e de serviços, pois a cidade era um local privilegiado, dotado de um porto, do maior mercado consumidor do país, das sedes do Banco do Brasil da Bolsa de Valores, além de bancos privados nacionais e estrangeiros.

Apesar do movimento especulativo ter chegado ao fim, a crise financeira prolongou-se até 1906. As tentativas de estabilização econômica, ortodoxas e mais flexíveis, empreendidas nos governos de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves tiveram em comum o retorno as s tentativas de adotar no país o padrão- ouro. Intencionalmente ou não, contribuíram para deflagrar uma crise bancária, marcada por fusões e incorporações de casas bancárias que

quase liquidaram o Banco do Brasil, reorganizado em 1905 e serviram de barreira ao crescimento dos bancos.

Em 1910, o Brasil republicano permanecia com o mesmo problema que fora apontado no Império por Souza Franco: o reduzido número de estabelecimentos bancários. A nação possuía 21 bancos comerciais, sendo 5 estrangeiros e 16 nacionais (Vieira, 1947)

10. Notas conclusivas

O aparecimento da moeda e dos bancos no Rio de Janeiro foi consequência da posição geográfica e da importância econômica e política da região. O Rio de Janeiro é uma cidade litorânea onde o porto foi estratégico na formação de um mercado interno, indispensável para a monetização da economia e para o surgimento de bancos. Do grande comércio exportador emergiram as elites responsáveis pelo crédito que passou das mãos de prestamistas individuais para o controle de bancos comerciais.

A vinda do Estado Português para o Brasil, em 1808, foi decisiva para consolidar a importância política, econômica e cultural da região. A necessidade de financiar os gastos governamentais deu origem ao Banco do Brasil que concentrou as suas atividades no Rio de Janeiro e contribuiu, via a emissão de notas bancárias, para desenvolver o mercado local.

A expansão da cultura do café possibilitou a formação do Banco do Commercio do Rio de Janeiro, o primeiro banco privado dessa localidade. Contudo, a organização de estabelecimentos bancários no Rio de Janeiro só cresceria após o fim do tráfico negreiro, o qual liberou capitais que foram redirecionados para às atividades bancárias. Nesse contexto, também foi importante a promulgação do código comercial que serviu para regulamentar o funcionamento das sociedades anônimas e a profissão de banqueiro.

A história dos bancos no Rio de Janeiro durante o Império reflete as oscilações do desejo do governo Imperial de deter o monopólio das emissões e manter o padrão-ouro e dos bancos particulares que, via de regra, preferiam a pluralidade emissora e menos rigidez em relação ao lastro metálico.

Em um modelo primário exportador, os bancos da Corte e da Capital da República concentraram as suas operações no financiamento do comércio e das atividades urbanas. Nesse contexto, a agricultura era financiada ou com os recursos do Banco do Brasil ou com os lucros obtidos na produção.

Durante o Império, os bancos estrangeiros foram os principais agentes de crédito do país. Atuaram no grande comércio exportador e financiaram investimentos em infra-estrutura econômica, através de companhias de seus países de origem. Tal importância só se reduziria na República quando a política nacionalista de Vargas garantiria aos banqueiros nacionais a liderança do sistema bancário do país.

Bibliografia :

- ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de (1923). Bancos de Emissão no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de e LEVY, Maria Bárbara (1985). Fundamentos do sistema bancário no Brasil: 1834-1860. Estudos Econômicos. v(15):17- 48.
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. (1987). 1864:conflito entre metalistas e pluralistas. Rio de Janeiro: IFCS (dissertação de mestrado).
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de (1991). Souto & Cia. In: Anais da I Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói/UFF
- _____(1997) A Controvérsia dos financistas do Império. In:Anais da III Conferência Internacional de História de Empresas. Volume III. Niterói: ABPHE. pp 210- 219.
- ASSOCIAÇÃO DE BANCOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1987). Os dez primeiros anos da ABERJ: uma visão histórica (1922- 1932). Rio de Janeiro: ABERJ
- AZEVEDO, Thales e LINS, E.Q. Vieira (1969). História do Banco da Bahia : 1858- 1958. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- BELOCH, Israel e ABREU, Alzira (org) (1983). Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930- 1983. Rio de Janeiro:FGV/FINEP.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (1975). Bancos e acumulação de capital na industrialização brasileira –uma análise introdutória (1935/1962) Brasília: UNB. Dissertação de mestrado
- BOUZAN, Ary (1972). Os bancos comerciais no Brasil: uma análise do desenvolvimento recente 1965- 1971. Rio de Janeiro: Federação Brasileira das Associações de Bancos.
- CALDEIRA, Jorge (1995). Mauá. Empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASTRO, Ana Célia (1979). As empresas estrangeiras no Brasil 1860- 1913. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- CAVALCANTI, Amaro (1983). O meio circulante nacional (1808- 1835). 1ªedição 1893 .Brasília:UNB
- COSTA, Fernando Nogueira. Bancos em Minas Gerais (1889- 1964). Campinas: DEPE/UNICAMP. Dissertação de mestrado em Economia
- FAZENDA, José Vieira (1921). Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 90, volume 143.
- EATWELL, John, MILGATE, Murray and NEWMAN, Peter (1987). The New Palgrave a Dictionary of Economics. Ed: The Macmillan Press Limited. Vols 1- 2

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org). (2001). O Antigo Regime nos trópicos : a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

FRANCO, Bernardo de Souza (1984). Os bancos do Brasil (1ª edição 1848). Brasília:UNB.

GREMAUD, Amaury (1998). As controvérsias monetárias no Brasil agro-exportador. Vitória . Anpec. Volume 1

GUIMARÃES, Carlos Gabriel (1997). Bancos, economia e poder no segundo reinado: o caso do Banco Mauá e Cia (1854- 1875). Niterói. UFF. Cadernos do ICHF 71 abril .pp 35- 51.

_____ (1996). A Casa Bancária Mauá, Mac Gregor & Cia (1854- 1866) e o Império no Brasil. In: Anais da III Conferência Internacional de História de Empresas. Volume III. Niterói ABPHE. 152-170.

_____ (1999). O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, Mac Gregor & Cia, do Banco rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola. Curitiba ABPHE, CD- Rom

GONÇALVES, Cleber Batista (1989). Casa da Moeda no Brasil. Rio de Janeiro:CMB.

JOSLIN, David (1963). A century of Banking in Latin America. London: Oxford University Press.

LESSA, Carlos (2000). O Rio de todos os Brasis. Rio de Janeiro: Record.

LEVY, Maria Bárbara(1977) História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:IBMEC

_____ (1983). Elementos para o estudo da circulação da moeda na economia colonial . Estudos Econômicos. 13(número especial): 825- 840

_____ (1994). A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboços de história empresarial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

LIMA, Fernando Carlos Cerqueira e MÜLLER, Elisa (1999). A circulação monetária no Rio de Janeiro nos tempos coloniais. Curitiba: IV Conferência Internacional de História de Empresas. CD- Rom

_____ (2001). Moeda e Crédito no Brasil: breves reflexões sobre o primeiro Banco do Brasil (1808- 1829). Évora. IV Encontro dos Economistas da Língua Portuguesa. CD- Rom.

LISSA, Violo Idolo (1987). Catalogo do papel- moeda do Brasil 1771- 1986. Brasília:Editora Gráfica Brasileira Ltda..

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (1978). História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro:IBMEC

MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva (1992). Negociantes e caixeiros na sociedade da independência. Rio de Janeiro : Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Carioca. Volume 24.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de e PACHECO, Claudio(1979). História do Banco do Brasil. Brasília : Banco do Brasil

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE (1938). Documentos Históricos- Correspondência dos Governadores Gerais (1705- 1711).Volume 1 Rio de Janeiro: Typographia Batista de Souza

MOTT, Luiz R.B. (1976). Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. In: Revista de História. São Paulo. V(53):81- 106.

_____. (1997). Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: MELLO, Laura de (org). História e vida privada na América portuguesa. Volume 1 São Paulo : Companhia das Letras. P. 155- 220

PELAEZ, Carlos e SUZIGAN, Wilson(1981). História Monetária do Brasil. Brasília. Editora UNB.

PIÑEIRO, Théo Laborinhas(1997). Estado e mercado financeiro: o Banco do Brasil no segundo reinado. In: Anais da III Conferência Internacional de História de Empresas. Volume III. Niterói: ABPHE. Pp 171- 184

SAES, Flávio Azevedo Marques de. (1986). Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850- 1930. São Paulo: IPE/USP

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1965). O Rio de Janeiro no século XVI. Estudo Histórico. Volume 1. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.

SCHULZ, John (1996). A Crise Financeira da Abolição. São Paulo:EDUSP

SUZIGAN, Wilson(1986). Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo. Brasiliense

TOPIK, Steven (1981). A empresa estatal em um regime liberal : O banco do Brasil – 1905- 1930. Revista Brasileira de Mercado de Capitais. V.7n (19):70- 83.Jan/abr.

VIEIRA, Dorival Teixeira(1947). A Evolução do sistema monetário brasileiro. In: Revista de Administração da Fea- USP, julho

VILLELA, André(1999). Tempos difíceis: reações às crises de 1857 e 1864 no Brasil Curitiba. ABPHE. CD- Rom

Cronologia:

- 1555- fundação da França Antártica
- 1565- Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro
- 1567- transferência da cidade para o morro do Castelo
- 1580- 1640- Reino Unido de Portugal e Castela
- 1614- o açúcar transforma-se em moeda oficial da capitania do Rio de Janeiro, em decreto assinado pelo governador Constantino Meneslau.
- 1663- é abolida a lei que determinou o uso do açúcar como moeda
- 1694- D. Pedro II(1683- 1706) estabelece na Bahia a primeira Casa da Moeda do Brasil
- 1695- lei de 19 de dezembro de 1695 proíbe a circulação de moedas do Reino na Colônia
- 1699- entra em operação a Casa da Moeda, no Rio de Janeiro
- 1700- a Casa da Moeda é transferida do Rio de Janeiro para Pernambuco
- 1702 – a Casa da Moeda é reaberta no Rio de Janeiro, mas a descoberta do ouro propicia o funcionamento simultâneo de outras Casas da Moeda.
- 1763- A Carta Régia de 27 de janeiro elevou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro à condição de sede da administração portuguesa no Brasil.
- 1808 – O Alvará de 12 de outubro autoriza a criação do Banco do Brasil.
- 1809- O Banco do Brasil inicia as suas atividades.
- 1810 – Data da primeira emissão de bilhetes do banco do Brasil.
- 1818- É aberta, na Bahia, uma Caixa filial do Banco do Brasil
- 1820- É aberta em São Paulo uma Caixa filial do Banco do Brasil
- 1827- O Tesouro Nacional emite cédulas para substituir as moedas de cobre falsificadas na Bahia
- 1829- Em 23 de setembro é decretada a extinção do Banco do Brasil.
- 1833/38 – O Tesouro Nacional exerce o monopólio da emissão de papel-moeda no Rio de Janeiro.
- 1834- Emenda constitucional cria o Município da Corte, ou Município Neutro.
- 1838- 10 de dezembro é fundado o Banco Comercial do Rio de Janeiro, primeiro banco privado da província
- 1842- Em 23 de junho, aprovados os Estatutos do Banco Comercial do Rio de Janeiro

1846- O governo imperial adota o padrão- ouro, com a assinatura da lei número 401 de 11 de setembro, estabelecendo a paridade fixa de 27 pences por mil réis.

1853- Lei número 683 de 5 de julho institui o Banco do Brasil no segundo reinado.

1854- o Banco Rural e Hipotecário inicia as suas atividades no Rio de Janeiro

1855- É inaugurada, no Rio de Janeiro, a Casa Mauá Mac-Gregor & Cia

1862- inauguração do London and Brazilian Bank, primeiro banco estrangeiro organizado no Brasil

1866- o Tesouro Nacional passa a ter a exclusividade na emissão de moeda

1888- 13 de maio, fim da escravidão no Brasil

1889- 15 de novembro, proclamação da República.

1890- é criado o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, através da fusão do Banco Nacional do Brasil com o Banco dos Estados Unidos do Brasil

1891- Com a proclamação da República a capital do Brasil passa a ser o Distrito Federal